

O conhecimento científico-social: elementos para a análise do seu processo em Portugal

António Teixeira Fernandes

Resumo: O presente artigo procura delinear diversas fases do processo de institucionalização e de desenvolvimento da produção científica sociológica em Portugal, salientando algumas características e tendências predominantes em cada uma delas. Incidindo, em particular, sobre os últimos vinte anos, esboça e explora alguns vectores fundamentais segundo os quais tem sido promovida a pesquisa. Tenta individuar correntes, salientando movimentos de convergência e indicar orientações de dispersão. É a formação e o crescimento da comunidade científica que está em causa. Em seu apoio, utiliza a análise dos projectos e das suas áreas temáticas apresentados à JNICT e por esta sujeitos a financiamento.

Como tende a acontecer nos diversos domínios científicos, a Sociologia encontra inicialmente algumas resistências na sua afirmação como disciplina académica e no seu reconhecimento como profissão diferenciada. Com dificuldade e certo atraso em relação a outros países da Europa, consegue implantar-se em Portugal. Se adquire outrora aceitação e visibilidade, é por acção de factores conjunturais. Somente após o estabelecimento da democracia e a introdução de uma nova prática científica se opera a sua verdadeira radicação e desenvolvimento.

O que é hoje a Sociologia em Portugal compreende-se também, como ocorre com a vida dos indivíduos e das sociedades, pelo que foi ou não pôde ser no passado. As sociedades não são espaços de total liberdade, onde se difundem e crescem, à vontade, todas as sementes do saber. Mediante os seus determinismos, seleccionam e favorecem representações e práticas que se revelam consentâneas com os respectivos regimes

políticos e os modos de vida predominantes. Os próprios conhecimentos assumem frequentemente um carácter sistémico, entificados nas habitualidades dos espíritos, tendencialmente redutores de saberes ou fechados a outros contributos. Os espaços das coisas não são indefinida abertura, mas especificidades auto-limitadas e auto-limitadoras.

O estudo do processo de institucionalização do conhecimento científico-social apresenta diferentes valências, como a sua profissionalização, a penetração no sistema educativo enquanto matéria a ser ministrada, a formação de uma específica comunidade científica, os conhecimentos oferecidos, os tipos de técnicos lançados no mercado, e a procura que dela faz a sociedade. Ao longo da presente análise, será considerada, em exclusivo, a produção científica, ainda que, por vezes, se frizem contextualizações tidas como indispensáveis.

1. Uma análise aprofundada da recepção da sociologia teria de levantar a questão sobre a permeabilidade da sociedade portuguesa, em termos tanto da sua estrutura como das situações conjunturais vividas em variados tempos. Não se querendo abordar tal questão, não se deixa, porém, de salientar algumas características, na medida em que elas possam contribuir para se entender a ausência de uma suficiente abertura.

Uma inércia secular parece orientar a sociedade para o auto-fechamento e para a manutenção de esquemas tradicionais de pensar e de agir, colocando o país, à excepção de certos períodos históricos, na periferia da Europa. O fascínio pelo mar e pelo que se encontra para além dele marca a história deste povo. No dealbar da época contemporânea, algumas personalidades tentaram romper esse isolamento, mas logo surgiram regimes ditatoriais que impediram a aspiração europeia. O universalismo lusíada apresenta características próprias, atraído particularmente pelo exótico e pela aventura.

Algumas características “espirituais” configuram a sua idiossincrasia nacional e individual. Sampaio Bruno afirma, no início deste século, que “nunca os portugueses mostraram queda para as altas especulações philosophicas”. Uma habituação da mente parece acentuar essas tendências: “os portugueses não se resignavam a abandonar o seu aristotelismo arábico; e do grande observador e experimentalista grego, por uma das mais incongruentas aberrações do espírito humano, obstinavam-se em cata do patrocínio para os delírios verbaes da sua mania raciocinante”¹. Algumas décadas mais tarde, Teixeira de Pascoaes completa o quadro ao sustentar que “o génio lusíada é mais emotivo que intelectual. Afirma e não discute. Quando uma ideia se comove, despreza a dialéctica; e é *sendo* e não *raciocinando* que ela prova a sua verdade”. Haverá uma

tendência para a vivência das coisas e para a recusa da especulação: “o português não quer interpretar o mundo nem a vida, contenta-se em vivê-la exteriormente; e tem, por isso, um verdadeiro horror à Filosofia, imaginando encontrá-la em tudo o que não entende”². O predomínio da emotividade impede a expansão da inteligência e o exercício racional, com a fuga para a poesia e a verbalização. Não sendo um povo de grandes pensadores, foi o *humus* propício à criação poética.

Em que medida este esboço caracteriza bem a sociedade portuguesa, na inclinação do espírito dos homens que a compõem, ou é pura ideiação na mente de quem a pensa, é uma questão que, de momento, não é nosso propósito analisar. Tanto Sampaio Bruno como Teixeira de Pascoaes tentaram reflectir sobre o seu tempo e sobre a sociedade em que viviam, expressando formas de reflexividade social. O grau de desvio entre o seu pensamento e a realidade da vida que lhes era dado observar poderá ser objecto também de investigação sociológica, quando esta pretende conhecer as tendências fundamentais que animam por dentro a sociedade e explicam a medida das suas inércias e o alcance dos seus dinamismos. Com base nas afirmações daqueles autores, poderá dizer-se que a principal força criadora estará mais na emoção do que na inteligência, no entusiasmo do que na planificação estratégica, no voluntarismo do que na razão.

2. A delimitação de épocas ou de fases na ocorrência de qualquer fenómeno não é tarefa fácil. Implica normalmente sérios riscos. O tempo é essencialmente devir que, no seu curso, produz e reproduz os elementos de que é feito. Mas a tipificação contém igualmente um carácter heurístico e sistematizador. Com o perigo de arbitrário inerente a todas as tipificações, consideram-se três fases distintas da presença da Sociologia em Portugal.

2.1. A primeira época vai das últimas décadas do século passado aos finais da primeira metade do século XX. Surgem aqui, com maior relevo, os nomes de Teófilo Braga e de Alfredo Pimenta.

Do ponto de vista epistemológico, tem importância abordar a forma como a Sociologia é introduzida e o grau de aproximação que apresenta com o positivismo, na sua relação à mentalidade portuguesa dominante. Os “estudos” sociológicos surgem, com certo vigor, pela pena de Teófilo Braga, o autor que, no século XIX, mais pugna em defesa do positivismo. Descobre Augusto Comte e adere ao positivismo em 1877 com a obra *Traços Geraes de Philosophia Positiva Comparados pelas Descobertas Scientíficas Modernas*. Durante alguns anos, divulga o pensamento comteano e tenta adoptá-lo à situação portuguesa. São expressão deste esforço as obras *Soluções Positivas da Política Portuguesa* (1879), *Systema*

de *Sociologia* (1884) e o *Positivismo, Revista de Philosophia*, publicada entre 1878 e 1882, em que colaboram vários autores, entre os quais Basílio Teles, e que termina por falta de colaboradores³. A mentalidade geral é, na altura, refractária à corrente positivista, nomeadamente entre os intelectuais. O pensamento filosófico português, mais voltado para a reflexão metafísica, mostra pouca osmose em relação à corrente de ideias em vigor na Europa, particularmente em França. É bem expressão desta sensibilidade anti-positivista a obra de Pedro Amorim Viana, *Defesa do Racionalismo ou Análise da Fé*, publicada em 1866⁴. Acerca de Teófilo Braga, escreve mais tarde Joaquim de Carvalho: “Avesso, senão refractário, à meditação teórica e à pura reflexão lógica, inclinado irresistivelmente para a subordinação hierárquica das ideias —, Teófilo, o detractor da Escolástica, foi *scholasticissimus* na estrutura intelectual — que não para a coerência e harmonia dos juízos, nenhuma outra atitude lhe era mais consentânea que a do *Curso de Filosofia Positiva* — sistema totalitário de pensamento e de explicações acessíveis, de estupenda base científica e hierarquicamente coordenados, mas sem os rasgos, voos e penetrações nas esferas epistemológica, ôntica e do valor que singularizam a atitude filosófica”. De acordo com aquele autor, “Teófilo viu, no Positivismo um reportório de afirmações concludentes, admissíveis como expressão unívoca da Verdade ou como pontos de partida e premissas”, e ao sair da “velha estrada da tradição”, deixou-se “guiar pelos veios mais ou menos avermelhados do radicalismo”⁵. A adesão ao positivismo era assim vista com enorme suspeição e considerada como resultante da incapacidade, nos que por ele eram seduzidos, para a alta especulação filosófica ou como orientação ideológica de esquerda. No dizer de Sampaio Bruno, “enquanto que os systemas científicos se penetram, os systemas metaphysicos excluem-se”, pois “o carácter do systema metaphysico não pode deixar de ser exclusivista”⁶. Encontrar-se-á no próprio fechamento dos sistemas de pensamento a explicação para a recusa do positivismo e das formas de pensamento com ele relacionadas ou nele inspiradas.

Nas primeiras décadas deste século, Alfredo Pimenta retoma as preocupações e os propósitos de Teófilo Braga, publicando, em 1908, *Factos Sociaes* e, em 1913, *Estudos Sociológicos*⁷. Revelando uma forte adesão ao pensamento de Teófilo Braga, dá origem a uma polémica com vários pensadores. Leonardo Coimbra, um dos principais expoentes da filosofia nessa época, de uma filosofia idealista e anti-positivista na tradição de Antero de Quental, denuncia o que chama “inquisição positivista” expressa na “ortodoxia comteana” de Alfredo Pimenta, na base da qual este defende a pena de morte. Se, para Alfredo Pimenta, os factos sociais estavam sujeitos a leis físicas e universais, para Leonardo Coimbra, que

faz “a autópsia d’um imbecil”, o positivismo é rejeitado porque não vai além da constatação de regularidades sociais. Este pensador recusa reduzir o homem ao concurso das forças sociais e sublinha a sua liberdade, em defesa de uma antropologia que não aceita qualquer tipo de superioridade da sociedade sobre o indivíduo, pondo-o ao abrigo das forças determinísticas⁸. Mais tarde, Alfredo Pimenta será mesmo designado de “pseudo-crítico” e de “aldrabão”⁹. As suas “parvoíces insanáveis” e as suas imbecilidades, ainda hoje inadmissíveis no que respeita em particular à defesa da restauração da pena de morte, chocam com a mentalidade da época. No prefácio que faz aos seus *Estudos Sociológicos*, Teófilo Braga afirma que “o nome do Dr. Alfredo Pimenta é mais conhecido entre os positivistas franceses do que em Portugal”¹⁰. Era, na verdade, fraca ou nula a receptividade a tais ideias. O ambiente cultural não lhe era propício.

Mas mais do que o choque de mentalidades, importante será perguntar como se configura a Sociologia para estes autores. No entender de Teófilo Braga, “o critério *sociológico* deriva de uma concepção geral e abstracta dos fenómenos sociais no seu conjunto”. Os factos sociais são abordados nas suas “relações de dependência do conjunto a que pertencem”¹¹. A Sociologia é entendida, na sua aceção de filosofia positiva, de harmonia com a perspectiva comteana e, do ponto de vista metodológico, privilegia o todo na explicação dos fenómenos particulares, com uma clara orientação sistémica. Em tal óptica predomina, por um lado, uma rígida visão determinística na compreensão da realidade social, como era timbre da explicação científica no século XIX e inícios do século XX, e, por outro, uma luta contra costumes arraigados que mantinham o país em total estagnação.

A acentuação “doutrinal” desta “sociologia” aparece claramente na obra de Alfredo Pimenta. Em *Estudos Sociológicos*, reúne uma “série de artigos políticos”, no dizer do próprio Teófilo Braga, que vão desde a política (magistratura, voto, política, república, eleições, congressos de partidos) à religião, pena de morte, divórcio e educação.

Na apresentação do seu livro *Factos Sociais*, Alfredo Pimenta torna bem patente o seu propósito: “Esta obra constitue, por assim dizer, uma profissão de fé philosophica, política, moral e religiosa. Conseguimos libertar-nos das peias metaphysicas e theologicas d’uma educação atrasada e duma instrução indisciplinada e buscamos com toda a fé e com todo o amor a serenidade mental e moral que só um critério científico pode dar”. E para que não restem dúvidas acerca do seu objectivo, acrescenta: “A nossa intenção? O nosso fim? Ele explica-se por estas palavras de Littré: “Todo aquele que, por pouco que seja, augmenta a somma de positividade

nos espíritos, trabalha no sentido geral da civilização e presta um serviço social”¹². A Sociologia aparece como um novo Evangelho que serve para zuzir a sociedade portuguesa e para apontar caminhos de progresso. Convicto de que “o nosso paíz está atrazadíssimo; elle anda fora da marcha progressiva das sociedades”, Alfredo Pimenta critica a mentalidade do tempo expressa em autores como Eça de Queirós, Guerra Junqueiro, Antero de Quental, Gomes Leal, Camilo Castelo Branco, Fialho de Almeida e Ramalho Ortigão. Se poupa Sampaio Bruno, é porque o considera próximo das preocupações de Teófilo Braga em algumas obras, aparecendo também como sua referência constante. Aqueles autores servem para mostrar “de quanto é perigosa a educação metaphysica e de quanto é inútil uma mentalidade que ella orientou”. Falta a tais autores um “critério positivo e constructivo”¹³. Se os intelectuais estavam arredados da filosofia positiva, por maioria de razão, mais distante dela estava a população em geral. A sociedade portuguesa permanecia alheia, no juízo que dela era feito, das ideias que, lá fora, conduziam os povos para o progresso e para a civilização.

A influência do positivismo em Portugal ter-se-á dado através sobretudo de Littré. Teófilo Braga teve, por certo, um contacto directo com o *Cours de Philosophie Positive*. Há indubitavelmente uma presença, em Alfredo Pimenta, de um positivismo simplificado por Littré, que entrará em conflito ainda mais aberto com a mentalidade predominante. Em Oliveira Martins, onde se afirma o interesse pela Sociologia, lançando-o na divulgação da cultura sociológica através da publicação da *Biblioteca das Ciências Sociais*, predomina mais o socialismo utópico de Proudhon do que o empirismo determinístico comteano¹⁴. A influência proudhoniana faz-se sentir em diversos outros autores, nomeadamente em Antero de Quental, considerado como o maior expoente do socialismo utópico em Portugal. A obra de Saint-Simon, certamente mais caótica do que a de Augusto Comte, mas talvez mais criativa, não está também arredada da cultura portuguesa. Autores como Bento Carqueja, Rodrigues de Freitas e António Sérgio poderiam ser ainda mencionados, pela relação directa ou indirecta que mantêm com os problemas sociais e a abordagem sociológica.

• Da análise que temos vindo a fazer, parece dever concluir-se que a “Sociologia” desta primeira fase mostra-se preocupada com a situação de isolamento da sociedade e com a vontade de a fazer avançar nas sendas do “progresso”. Assume uma feição essencialmente doutrinal e ideológica, frequentemente polémica, em detrimento da produção do conhecimento científico. Procura mais a mudança do que a cientificidade, revelando-se alheia às questões epistemológicas e metodológicas.

Apesar deste clima, a “Sociologia” não deixa de penetrar na Universidade. Já desde o século passado, entra como complementar ou integrativa da formação jurídica. Depois de ter sido excluída durante um longo período, regressa em meados deste século associada igualmente a cursos de ciências. A sua docência esteve ao sabor das conjunturas ideológicas e da sua capacidade de adaptação ao sistema político. Não seria fácil, em tal contexto, preservá-la de sucessivas preversões.

Mas mais do que o simples interesse histórico do seu trajecto escolar, importante poderia ser a análise dos planos das cadeiras e dos livros de sumários. Do ponto de vista epistemológico, estes elementos forneceriam preciosos indicadores para o conhecimento do seu conteúdo e das suas orientações. Em muitos casos, ter-se-á transformado em espaço aberto à defesa de certas doutrinas em contraposição a outras tidas como deletérias, segundo o testemunho de quem, no antigo regime, frequentou alguns de tais cursos.

Em relação a esta época — longa e desigual no seu processo —, a Sociologia tende a assumir um carácter doutrinal, em consonância com projectos e programas de abertura e de progresso ou de fechamento. Subvertida na sua especificidade de conhecimento científico, se, nuns casos, terá ajudado a romper o imobilismo e o tradicionalismo reinantes, noutros, haverá contribuído para reforçar a ideologia dominante. Nesta última situação, procura identificar-se ou, ao menos, aproximar-se os conceitos de Sociologia e de Socialismo, como forma de contrariar aquela. Aí reinará parte da suspeição tão difundida no anterior regime a seu respeito. Se era então banida, não seria tanto por contrariar a mentalidade tradicional, mas talvez mais por evocar subversões populares.

Há conhecimento de que as obras da sociologia positivista tiveram alguma difusão, mas não se encontram muitos indícios da recepção da sociologia compreensiva de Max Weber, que certamente poderia corrigir a visão determinística e pragmática do positivismo comteano. Entre o que foi então a Sociologia e o que ela é hoje não existe qualquer semelhança. A coincidência reside apenas no equívoco do mesmo nome. Será difícil que a Sociologia actual se reveja nesses autores.

2.2. A partir de meados do século em curso, a situação tende a alterar-se. No período anterior, existem, em vários autores, verdadeiras preocupações sociais, ainda que não sejam sociológicas e não pratiquem a análise sociológica de cunho científico. Alguns são designados como sociólogos, embora da Sociologia recebam apenas o nome e uma certa acentuação da reflexão. Não se podem confundir preocupações sociais com produção científica sociológica.

O interesse posto na metodologia científica afirma-se como inovação na década de 1960. Surge, nessa altura, a revista *Análise Social*, tendo como seu primeiro director J. Pires Cardoso (1963-1973), seguido, logo depois, por A. Sedas Nunes (1973-1990). Este último poderá ser considerado como a figura mais proeminente do novo período.

Embora fazendo-se apelo aos métodos das ciências sociais, mantêm-se os intuítos doutrinários. Persiste a vontade de se contribuir para a transformação da sociedade portuguesa, impedida de mudança por um pesado regime político autoritário e fascizante. Tal contexto explica o predomínio das intenções de doutrinação sobre as análises objectivas. Unicamente a situação de doutrinação é diferente. Já não se trata de uma acção exercida por influência do positivismo comteano, mas de propósitos subordinados a uma inspiração católica.

Animada pelo concurso e, sobretudo, recurso das ciências sociais, nem sequer a Sociologia terá sido sempre porventura a intenção primeira. No entender de Mário Murteira, a análise de A. Sedas Nunes da sociedade portuguesa em 1964 terá “pouco ou nada a ver com a perspectiva hoje dominante nos estudos sociológicos entre nós”. Portugal encontrava-se submetido a um regime ditatorial que contrariava tanto o socialismo como o liberalismo. A Sociologia então praticada, sob a influência da situação do tempo, era “global, crítica e interventora”. Trata-se mais de elaboração doutrinária, com propósitos sociais, do que de investigação propriamente dita, na medida em que “a ‘novidade’ desse pensamento não reside, pois, tanto no domínio da teoria ou do paradigma científico mas sim na intenção de fazer avançar uma consciência crítica da sociedade portuguesa, em grande parte baseada em métodos de investigação das ciências sociais”. Desta forma, “não se chegou a formar propriamente — nem então nem depois — uma escola ou corrente de autores portugueses interessados, segundo abordagem própria, na problemática do desenvolvimento do seu próprio país”. A uma doutrina e a uma ideologia, tendia a opôr-se uma outra ideologia e uma outra doutrina. Se o futuro não foi como se esperava nos anos 1960, isso talvez se deva ao facto de que a análise então produzida era mais doutrinária do que objectiva. Tais questões deixaram de ter sentido nos anos que se seguiram, nomeadamente nas últimas décadas. A este propósito, afirma Mário Murteira: “A *doutrina* no sentido de guia para a acção, situada entre a filosofia e a prática social — incluindo nesta a própria investigação científica — não lhe encontro o sítio em Portugal nesta década de 90”¹⁵. Esvazia-se, na verdade, o projecto doutrinário. Daí resulta, contudo, a predilecção pelas análises históricas e pelas abordagens económicas — que permitiam captar o sentido do tempo e a orientação para o futuro — cuja sensibilidade algures tem ainda permanecido.

Este período é marcado por duas tendências fortes, com alguma conflitualidade entre si e não rara contradição: a perspectiva doutrinal e a preocupação com a aplicação dos métodos das ciências sociais. Terá prevalecido a primeira dimensão. Encontrar-se-á neste facto a explicação para a quebra na produção em autores que anteriormente se haviam destacado e adquirido notoriedade. A. Sedas Nunes desaparece, em grande parte, da cena intelectual, como se o seu projecto doutrinal e católico já nada tivesse a ver com a sociedade entretanto constituída a partir de 1974. A mudança de contexto retira sentido a um projecto. A sociedade abre-se a todos os possíveis. Não é mais necessária a doutrinação a favor da mudança, nem se torna fácil preconizar um sentido preciso para a sua orientação. Certamente não se identificaria com todos os possíveis, mas também não disporia de meios nem de situação para pretender imprimir um rumo concreto à história. Um pensamento de um tempo e para um tempo tende a esgotar as suas capacidades quando a situação se altera.

Dessa época, permanece a intenção de rigor metódico, na análise dos fenómenos. Ficam ainda alguns trabalhos de carácter substantivo, com incidência em precisas realidades sociais, onde se procura pôr em prática aquela exigência de rigor. Mas mais importante é ainda a produção epistemológica, desenvolvida depois em trabalhos posteriores.

A opinião pública e a política salientam, em relação a esse período, a dimensão doutrinal e o projecto de mudança da sociedade. Do positivismo, próprio sobretudo da primeira fase, recupera-se em particular a sua influência na difusão do republicanismo, para além dos contributos — estes menos invocados — dados ao reforço da corrente anti-clerical. A Sociologia actual salienta, de preferência, os aspectos que lhe foram legados, de ordem teórica e epistemológica. Os apelos ao rigor metódico e o esforço de interdisciplinaridade são considerados património da comunidade sociológica. Se anteriormente assumiam relevo as preocupações sociais, verifica-se agora uma intenção de análise sociológica com propósitos de cientificidade. Há uma clara distância entre este período e o que o precedeu.

2.3. Uma terceira fase é constituída com o pós-25 de Abril de 1974. A Sociologia institucionaliza-se, passa a ser praticada como disciplina autónoma, adquire contornos de uma verdadeira profissão e entra em pleno nas Universidades. Desaparece a vontade de doutrinação, ainda que persistam as influências ideológicas, ao sabor das oscilações históricas e dos processos em curso. Estas influências são, porém, conaturais ao próprio trabalho científico, qualquer que seja o sector em que se produza, porque não há sistema de relações sociais que não origine espontaneamente ideologia e não existe cientista que não esteja inserido na sociedade.

A acentuação da sua dimensão “empírica” emerge, em toda a sua exuberância, no pós-25 de Abril nos écrans de televisão, aquando das sucessivas eleições políticas, na manipulação dos números de projecções e de resultados finais. Em alguns meios, será ainda hoje difícil dissociar a “cientificidade” sociológica da apresentação, com profusão, de gráficos e de quadros. O “número” induz, de imediato, um efeito de exactidão, ao definir-se a ciência como conhecimento certo, com isolamento das questões sobre a construtividade científica e, em consequência, sobre a indeterminação.

O interesse pela interdisciplinaridade continua no espírito de todos ou, ao menos, da maior parte. Mas embora se tenha consagrado no ensino o nome Sociologia para designar as licenciaturas entretanto criadas, assim como centros de investigação e associações, não foi abandonada em absoluto a anterior expressão mais genérica de ciências sociais. Ainda que tenham sido promovidas unidades de ciências sociais, esta denominação passa a ter, cada vez mais, uma significação demasiado vasta, abarcando várias áreas disciplinares. Até que ponto as designações — de centros e de publicações periódicas — possam traduzir descoincidências ou clivagens na forma de conceber a prática científica da Sociologia é uma questão de interesse epistemológico, mas que não parece ter lugar na presente análise. O estudo comparativo dos planos curriculares elaborados para as licenciaturas instituídas e dos planos curriculares de cursos congêneres ministrados no estrangeiro abriria também uma perspectiva com interesse para se conhecer o grau de filiação ou de distanciamento em relação a correntes teóricas e práticas pedagógicas em vigor fora do país.

Com a introdução da democracia em Portugal, criam-se condições favoráveis ao desenvolvimento da Sociologia¹⁶. Haviam-se constituído grupos de profissionais com formações científicas de base diversificadas — oriundos principalmente da economia, do direito e da filosofia —, dispostos a trabalhar no campo da Sociologia, sem garantias de continuidade no imediato próximo e sobretudo sem possibilidade de grande visibilidade pública. Muitos receberam formação apropriada em Universidades estrangeiras, nomeadamente em França, Bélgica, Itália, Inglaterra e Estados-Unidos, e surgiram no pós-25 de Abril com os seus doutoramentos concluídos, desempenhando funções relevantes na institucionalização da sua docência a nível das Universidades. Dá-se, desde então, a autonomização da Sociologia como licenciatura específica. A investigação, orientada para a construção teórica, não se alheia da validação/falsificação empírica. Multiplicam-se os trabalhos de campo, voltados para os problemas que se iam pondo, com maior premência, à sociedade portuguesa. O

seu desenvolvimento torna-se estreitamente solidário do próprio devir histórico da sociedade.

3. Na análise que, a seguir, se apresenta e que pretende centrar-se na produção científica posterior a 1974, não se situam escolas nem se referem autores. Não se dispõe ainda de suficiente distanciamento histórico para se delimitarem as diferentes tendências ou correntes teóricas com a necessária objectividade. Dispensamo-nos, por isso, de citar obras e autores. Entendemos, no entanto, que o estudo sistemático deste período necessita de ser feito um dia, por razões eventualmente não de mero interesse histórico, mas antes de consciencialização da própria comunidade científica sociológica. Tal estudo terá obrigatoriamente de passar pela leitura crítica das publicações entretanto dadas à estampa ao longo destes anos, de forma a identificar orientações teóricas, a situar escolas e a medir o grau de inserção da produção nacional no contexto internacional.

Procuramos, de momento, traçar e explorar alguns vectores que consideramos fundamentais no estudo aprofundado da questão. Eles resultam do relacionamento das diversas temáticas, dos modelos epistemológicos que possam inspirar e presidir à sua elaboração e de algum inevitável efeito de escola que, embora possa não ser determinante, propicia, aqui e além, a manifestação de algumas nuances. Move-nos unicamente a vontade de introduzir alguma estruturação no campo de análise.

A pesquisa sociológica não se confina, no momento presente, às Universidades. Alarga-se o seu âmbito e cresce o contingente de sociólogos que fazem investigação em associações privadas, em empresas, em organismos locais e regionais e em departamentos do Estado. No exterior das Universidades, muita da pesquisa será do tipo que se convencionou chamar aplicada e, em geral, de carácter pluri-disciplinar. Os meios de comunicação social revelam um progressivo interesse pelos contributos que a Sociologia pode oferecer à compreensão dos processos em curso na sociedade e tal interesse traduz e contribui simultaneamente para ampliar a consciência de que o concurso destes especialistas é necessário para um melhor conhecimento dos mecanismos sociais. A tomada de consciência da utilidade da Sociologia proporciona, por sua vez, um incremento da pesquisa e, em consequência, faz aumentar a visibilidade dos sociólogos como profissionais.

Terá, no entanto, cada vez menos sentido distinguir entre a pesquisa dos académicos universitários, dos investigadores inseridos em centros de pesquisa e dos profissionais. É certo que cada um destes tipos de investigação tem obedecido, na prática, a critérios diversos, diferenciando-se nos seus objectivos, no grau de exigência que é pedida e na dimensão que

deles é exigida. Mas, em termos epistemológicos, a única demarcação justificável neste campo é a que é ditada pela qualidade do conhecimento elaborado. Nenhum sector ou nível de aplicação da Sociologia poderá prescindir do contínuo e simultâneo aperfeiçoamento dos saberes “teóricos” e dos saberes “práticos”. A oposição entre ciência cultivada no interior das Universidades e a ciência dos “profissionais” tenderá a ser superada. Na medida em que ambas se pautam por critérios de cientificidade, nem uma cai em puro pragmatismo, em obediência aos interesses das entidades contratantes, nem a outra cede à mera especulação distante da realidade.

No espaço das Universidades, encontram-se condições mais favoráveis à elaboração de uma produção sociológica fundamental, não pressionada pela procura imediata, e pelos condicionalismos que esta impõe. Será mesmo necessário que haja uma prática de investigação fundamental que não sirva de momento para nada. Tal prática permite que a investigação aplicada não se esgote e continue sempre a servir para alguma coisa. A investigação feita em outras instituições é, de ordinário, de carácter aplicado, sujeita a solicitações concretas e submetida a objectivos precisos. Mas é também necessário não esquecer que, em alguns países, análises teóricas encontram apoio em estudos de mercado, como foi o caso de modelos de classes nos Estados Unidos.

A oposição entre estes diversos saberes não se tem grandemente afirmado na comunidade científica. Uma contínua osmose entre eles é tanto maior quanto mais os critérios científicos enformam toda a prática de pesquisa. A consciência das diversas valências da investigação na prática dos diferentes profissionais da Sociologia constitui um factor de coerência da própria comunidade científica.

4. A Sociologia, no contexto da sociedade portuguesa, tem procurado cultivar a interdisciplinaridade e a multidisciplinaridade. A defesa, mais ou menos intransigente, de fronteiras disciplinares, na tentativa de evitar indesejáveis contaminações, tende a ser própria ou característica da fase inicial de afirmação de uma ciência. O desenvolvimento por ela alcançado tem conduzido a uma certa abertura à pluridisciplinaridade. A prática científica exige, na verdade, o cruzar permanente de interrogações, de métodos, de formulações conceituais e de resultados de pesquisa.

Quanto mais a investigação se centra sobre objectos que aconselham o concurso de vários saberes, mais se acentua essa tendência. Mas, em certos casos, a pluridisciplinaridade significa a utilização, pelo próprio sociólogo, de diferentes perspectivas disciplinares, enquanto noutros traduz a colaboração de diversos cientistas na mesma investigação. Os dois cenários têm sido experimentados na prática científica.

A Sociologia habituou-se ao convívio com referências múltiplas e com corpos teóricos diversificados. A abertura a outros domínios disciplinares nem sempre se tem saldado, contudo, por programas e projectos de investigação suficientemente consistentes. Mais do que a inter ou a multidisciplinaridade, a Sociologia parece necessitar do cultivo de uma transdisciplinaridade. Primeiro, porque não será fácil ao investigador dominar todos os campos do saber nem o concurso de especialistas diferentes consegue ultrapassar sempre esse escolho, uma vez que permanece o problema dos códigos e das linguagens e da comunicação entre eles. Depois, porque somente através da transdisciplinaridade será possível obter uma indispensável autonomia e especificidade do conhecimento sociológico. A transdisciplinaridade, não identificável com uma intenção imperialista, não se resigna à mera justaposição de saberes. Também não pretende criar um novo domínio resultante da sua interpenetração. Implica o atravessamento e a releitura de conhecimentos dispersos pelos diferentes campos científicos, na óptica de um saber particular.

Não se entende a transdisciplinaridade no sentido que, por vezes, é dado a esta noção, como destruição ou transgressão de todas as fronteiras disciplinares e como instituição de um novo campo científico ou de uma outra ciência, formados a partir da aglutinação de conhecimentos disciplinares fragmentados e mantidos na sua autonomia. Como prática científica preconizada para a Sociologia, a transdisciplinaridade, ao mesmo tempo que salvaguarda a sua autonomia, leva-a a superar a sua fase inicial de ruptura com saberes que foram para ela o contexto do seu aparecimento. Correspondendo a um nível superior de relativa maturidade, no seu processo de desenvolvimento, permite-lhe, sem os custos da diluição, enriquecer os esquemas de análise e as perspectivas de abordagem.

Numa época em que a Sociologia luta por uma penetração forte no mercado de trabalho parece ter necessidade de apresentar contornos bem definidos no que respeita quer à produção quer à utilização de conhecimentos, de forma a permitir aos empregadores identificar facilmente a sua função, e de saber dialogar com outros profissionais que desempenham tarefas ao seu lado. Nesse sentido, como demarcação de um campo de saber e de uma capacidade de saber-fazer laboral, a afirmação da sua especificidade surge, cada vez mais, como uma exigência, e a prática da interdisciplinaridade e da multidisciplinaridade, enquanto utilização pelo próprio sociólogo de conhecimentos de disciplinas diferentes, poderá ser moderada a favor do incremento do diálogo entre especialistas.

5. Não se terão feito sentir, sobretudo com grande acuidade, os ecos de correntes acentuadamente opostas, ao sabor, por vezes, de modas in-

telectuais. Depois da Segunda Guerra Mundial, surgem pela Europa teorias vigorosamente contrapostas, com frequentes disputas entre si. Podem ser referidos o estruturalismo, o marxismo, a fenomenologia, a etnometodologia e o dinamismo. Tais correntes veiculam concepções divergentes do conhecimento social e apontam para visões descoincidentes da sociedade, pondo em confronto epistemologias sociológicas e concepções da vida social.

Estas teorias, perspectivando diferentes conceptualizações da realidade e tendendo a privilegiar factos considerados como essenciais, para além de revelarem dimensões contraditórias do mundo contemporâneo, constituem alternativas igualmente viáveis de construção da Sociologia. Não são os fenómenos sociais oferecidos aos sociólogos que constituem normalmente a base da diferenciação. Parecem ser mais os esquemas interpretativos e, em consequência, as posições teóricas que mais conflituam. Mas não é menos importante atender aos factos que tendem a ser considerados. O esforço de compreensão permite encontrar a experiência vivida das pessoas e, de certo modo, salvaguardar a liberdade dos actores. A preocupação com a explicação e a formalização torna mais “objectivos” os fenómenos e leva a analisar as tendências gerais e as causalidades possíveis. Se, num caso, se procura apreender as acções e as significações subjectivas, no outro, atende-se às reproduções sociais. Graus diversos de liberdade e de determinismo são atribuídos aos fenómenos pelas orientações em presença. É também mais acentuada, ora a estabilidade, ora a mudança, ora os sistemas, ora os processos. Pressupostos epistemológicos opostos subjazem a essas correntes teóricas, com a determinação de interpretações e de modalidades de causalidade.

As diversas correntes espelham-se, de certo modo, na literatura sociológica portuguesa, mas, em nosso entender, não de forma extremada nem exclusiva. Autores como É. Durkheim, Max Weber, Karl Marx, Pierre Bourdieu, A. Touraine, Anthony Giddens, T. Parsons, Robert K. Merton, Jürgen Habermas e Niklas Luhmann, para referir apenas alguns, estão presentes e são, em geral, de forma crítica referenciados nas publicações.

Não se têm formado “escolas” com contornos bem definidos, embora se possa afirmar que alguns cambiantes parecem caracterizar e diferenciar práticas de investigação e de docência. Em alguns casos esboçam-se tendências divergentes, mas, desde que pautadas por princípios científicos, contribuem para o enriquecimento do panorama da Sociologia. Tal diferenciação assenta, umas vezes na exploração de certas temáticas, outras na orientação mais racional ou mais empírica das abordagens. Efeito perverso de algum fechamento será, contudo, o procedimento seguido porventura nas referências bibliográficas limitadas a contextos específicos.

6. Não obstante a abertura acabada de referir, a situação não se apresenta de todo homogeneizada, como se as influências se fizessem sentir sem alguma concentração. Dois factores parecem modelar o recurso a algumas correntes desenvolvidas no contexto internacional. Por um lado, estando a sociedade portuguesa em processo de desenvolvimento relativamente distante do que ocorre no resto da Europa, a Sociologia tende a voltar-se, de preferência, para os problemas que lhe são próprios. Não terá acontecido o mesmo em todas as comunidades científicas nacionais, nomeadamente em França. As questões internas, bem situadas, a exigirem reflexão e resposta imediatas, em termos empíricos, prendem decididamente a atenção de todos. A produção sociológica não se tem voltado para realidades próprias de outras sociedades, o mesmo não acontecendo noutras situações.

Surge, por outro lado, um conjunto de sociólogos que se dedicam à análise epistemológica. Tal facto, que se verifica desde início e em autores com formações de base algo diferentes, haverá certamente contribuído para imprimir à elaboração sociológica um cunho racional e crítico, sem cedência a fáceis empirismos, a atracção para a mera sociografia ou a tendência para a especulação alheia ao mundo vivido. Neste aspecto, talvez se possa dizer que, se alguma ruptura se deu entre a produção imediatamente anterior a 1974 e a que se seguiu, não se terá operado a nível da exigência de cientificidade posta em sede de análise epistemológica, mas em virtude da mudança de problemáticas, de perspectivas e de modelos teóricos, em relação aos objectos da prática social.

A prioridade do racional sobre o real e o empenho posto na construção teórica, como via de apreensão e de entendimento da realidade social, proporcionam uma abertura intelectual à multiplicidade dos contributos cognitivos disponíveis, de procedência nacional ou internacional, e impedem o fechamento em quadros conceptuais redutores dos fenómenos. As ligações da comunidade científica portuguesa a outras comunidades similares no exterior do País, se são intensas e continuadas, não se traduzem por seguimentos rígidos e dogmáticos, formas adequadas à introdução da servidão na prática científica. Alguma radicação em certas correntes explicar-se-á quer pela capacidade heurística e explicativa que revelam, quer pelo tipo de problemas porventura constituídos em objecto empírico de estudo, quer pela adesão a alguma “moda” que vai fazendo sucesso no estrangeiro. É verdade que a ciência não conhece fronteiras, mas não é menos certo que as sociedades não se organizam nem mudam de forma idêntica, não se encontrando, por isso, em igual nível de desenvolvimento.

7. Aos factores considerados, juntam-se ainda, no movimento de diferenciação, outros elementos tendentes a reforçar a dispersão do campo e a proporcionar-lhe novos possíveis desenvolvimentos. A elaboração epistemológica, se introduz alguma “normalização” na produção científica, não impede contudo a influência ideológica nem cerceia radicalmente a cedência a uma certa demagogia.

É inexequível um conhecimento “quimicamente” puro, qualquer que seja o domínio científico em causa. Ao contrário do que pretendem algumas orientações estruturalistas, tais como aparecem em Louis Althusser ou Michel Foucault, não será possível uma ciência sem sujeito. Aquela é sempre o resultado de um acto epistemológico de um sujeito pensante que utiliza, na prática científica, modelos teóricos, enquanto mediadores e operadores do conhecimento da realidade feita seu objecto. No domínio do social, a relação de circularidade sujeito-objecto carrega de subjectividade e de ideologia o conhecimento elaborado. O sociólogo, envolvido em tal circularidade, torna-se incapaz de sair fora do seu tempo, nem seria desejável que isso acontecesse. Simultaneamente observador, analista e actor, partilha do pensamento espontâneo, produzido pelos concretos sistemas de relações. A produção científica sociológica realizada ao longo dos últimos vinte anos traduz, por isso, à sua medida, as grandes questões e mudanças sucessivas ao longo desse tempo. Ela dá também, desta forma, uma contribuição importante para a compreensão de uma época, como os estudos epistemológicos incidentes sobre ela poderão mostrar num futuro próximo.

Mas se a Sociologia não consegue fugir totalmente à ideologia, embora a tente controlar no acto epistemológico de um sujeito que conhece um objecto de que faz parte, assim como é impossível prescindir do ar que se respira, o mesmo não se poderá dizer da tentação demagógica, enquanto, para além da ideologia, procura desenvolver a acção. Sempre que esta ocorre, pretende-se forçar a Sociologia a exercer funções que não são as suas ou a desempenhar um papel de instrumentalização a favor de determinados projectos. A demagogização da Sociologia reveste-se também facilmente de alguma reflexividade, na crítica mais ou menos sistemática que possa fazer ao uso de certas racionalidades e no olhar selectivo que lança sobre “escórias” do social, aquilo que se manteve à periferia das grandes questões. Mas, a reflexividade vai ainda ao ponto de querer quebrar os pedestais da ciência a favor do cidadão perdido nos labirintos da existência. Este procedimento produz um esforço de reciclagem da ciência anteriormente elaborada, promove um esforço de transdisciplinaridade como transgressão de fronteiras disciplinares e orienta a atenção para as formas residuais, para os movimentos deixados à

margem das correntes fortes e para o apagamento de diferenças. Num tempo de total circulação a nível planetário, parece querer esquecer-se o que distingue e o que é próprio. Quanto mais uma Sociologia é demagogizada, menos se norteia por exigências de conhecimento. Feita doutrina ou ideologia, não é certo que, mesmo ao nível de projectos de sociedade, mantenha um grau suficiente de coerência.

A acentuação de algumas correntes teóricas determina, por outro lado, não só as redes de influência mas ainda a pertinência dos temas em análise. O “bom” trabalho ou a “boa” produção poderão tender a ser encarados em função de posicionamentos teóricos. Alguns temas são então excluídos ou considerados de menor interesse. As comunidades científicas dão origem também a redes de convívios, e estas redes fazem penetrar nelas as influências ideológicas. Os tempos de contrastes e de mais frequentes querelas tendem a ser igualmente tempos de intensas disputas ideológicas.

8. A Sociologia afirma-se, desde o século XIX, como ciência do social, tomando este na sua globalidade, como seu objecto próprio. Tal tendência tem-se mantido ao longo do tempo com alguma regularidade. Subjacente a esta perspectiva, está uma particular concepção epistemológica. Devendo o social ser explicado pelo social, os factos particulares encontram a sua significação na relação sistemática com o todo. Mesmo quando se adoptam procedimentos que dão a prioridade lógica ao individual, como acontece com a sociologia compreensiva desenvolvida na esteira do historicismo e da hermenêutica, conserva-se a óptica do “fenómeno social total”, ainda que diluída na linguagem de uma certa probabilidade própria do individualismo metodológico.

Mas a Sociologia, à medida que crescem as preocupações científicas, e à medida que ao carácter racional da sua teoria não se quer retirar a necessária dimensão empírica, na busca de um conhecimento controlado, tende a ramificar-se em vários domínios de pesquisa, de acordo com a fragmentação crescente do social. Na base do movimento, encontram-se alguns factores que actuam de forma combinada.

Uma das razões tem a ver com a mudança introduzida nas próprias estruturas das sociedades. Estas deixam de ser integradas, como no passado, ora pelo cultural, ora pelo político. Nas sociedades tradicionais, o sistema cultural é dotado de um grau elevado de coerência, capaz de unificar os universos de representação, os diversos contextos existenciais e as diferentes actividades do homem. Com a formação dos Estados modernos, um vigoroso nacionalismo reforça o processo de redução das variedades culturais a uma cultura nacional. A coerência passa a ser pro-

curada por intuitos políticos e o Estado reforça a sua função de integração social, criando as condições para o aparecimento e o desenvolvimento da cidadania. Em tempos recentes, parece assistir-se a uma tendência oposta. Os Estados-nação perdem a sua capacidade integradora e os espaços sociais, na abertura criada pela crescente internacionalização, adquirem maior autonomia. Assumindo uma consistência própria, são, de imediato, dados em objecto à análise sociológica.

Tem-se vindo a operar, nas sociedades ocidentais, a produção de um novo tipo de social, liberto da lógica dos grandes projectos colectivos e orientado para a realização das potencialidades pessoais, sem horizontes de futuro a longa distância. Se a consciência da dimensão colectiva dos problemas esteve sempre na base da acção política, actualmente os partidos, os sindicatos e as associações tendem a elidir-se em favor de uma outra situação em que o colectivo se subordina ao individual, perdendo a capacidade de ultrapassar o individualismo. Dá-se, em simultâneo, uma inserção do domínio delimitado do pessoal em espaços abrangentes de globalidade, com fronteiras indefinidas. O novo social nasce deste relacionamento entre os projectos de realização pessoal e a abertura a espaços que ultrapassam as formas tradicionais de associação. As sociedades contemporâneas são cada vez mais transnacionais e, nessa medida, os problemas locais assumem um carácter internacional e o novo social torna-se indissociável do alargamento da consciência mundial.

A Sociologia adequa-se à fragmentação do social, construindo teorias de médio alcance e experimentando técnicas que vão revelando maior operacionalidade em tais projectos. Não se perde necessariamente a perspectiva tradicional de concepção da Sociologia como ciência do social, embora isso não se torne manifesto ou, por vezes, seja mesmo expressamente recusado. A consciência do método desperta no sociólogo a ideia de que o global é apreensível unicamente através de sucessivas aproximações. Se a consciência do método vai no sentido de crescentes especializações, um certo princípio de não consciência parece preservar a intenção original de estudo do social, como exigência de captação do maior sentido possível para os fenómenos em estudo.

As grandes questões com que se tem debatido a sociedade portuguesa, nos últimos tempos, nomeadamente o desenvolvimento, a industrialização e a pós-industrialização, as mudanças no mundo do trabalho, o crescimento das áreas de exclusão social, as diferenciações sociais, o alargamento dos espaços urbanos com os problemas que lhes são próprios, a desertificação das zonas rurais e o campesinato, a família, a comunicação, a escola, a vida quotidiana, os universos de representação, o poder político do Estado e a afirmação das autarquias transformam-se, à

luz desta tendência, em objecto de análise sociológica. Se áreas do social deixam de estar submetidas a forte compressão, desaparecem também alguns dos tabus até então fortemente arraigados e a sociedade entra em processo de democratização. A liberdade encontra expressões tanto nas formas de pensamento como na prática social.

Mas esta abertura, em liberdade, à análise de todos os domínios da realidade colectiva, tende, porém, a deixar na sombra alguns deles ou, ao menos, a não lhes conferir a devida visibilidade. A Sociologia procura abordar os problemas que, na sua óptica, se revestem de um carácter mais ou menos estratégico para o conhecimento da realidade social. Mas a escolha depende de um conjunto de factores que estão quase sempre a montante da própria prática científica. O problema do conhecimento objectivo começa a pôr-se, em rigor, quando se procede à sua produção e controlo.

Os fenómenos religiosos, no contexto das mudanças operadas, têm despertado um menor interesse por parte da grande maioria dos sociólogos, no decurso dos últimos vinte anos. Os processos sócio-económicos e as mentalidades não eram favoráveis a tais análises. Actualmente a busca do sagrado e, frequentemente, do religioso, permite descobrir na religião uma fonte de sentido para a existência em sociedade. Assiste-se, de facto, no mundo ocidental, a um retorno do sagrado, expresso em especial, na exaltação da vida, na festa e na natureza. A vida humana reencontra dimensões que havia abandonado na sua ânsia de progresso e de bem-estar. Reduzida a pura mundaneidade, sem espaço para o que nela há de mistério e de maravilhoso, cedo faz despertar a vontade de superação, na recusa do seu horizonte limitado e certamente limitador.

É verdade que as ortodoxias religiosas deixam de exercer forte influência sobre as consciências individuais, provocando a queda das taxas de prática. Mas, ao mesmo tempo, dá-se uma apropriação individual de sentido e isso traz consigo a reorganização do espaço simbólico, a sua fragmentação, com incidência nas formas de recomposição das relações sociais. O “politeísmo dos valores”, tão corrente nas sociedades actuais, reflete a fragmentação social, com diminuição do sentido de pertença e de participação. As diversas modalidades de crença e a morfologia do politeísmo dos valores torna mais difícil o estudo das relações entre variáveis sociais e os tipos e os graus de adesão, nomeadamente com a proliferação das seitas.

A Sociologia clássica encontra, ao contrário, na análise da religião uma via privilegiada para a compreensão das sociedades. As culturas de outrora eram integradas por valores espirituais. Estes valores enformavam as visões do mundo e as condutas das pessoas. O processo de seculari-

zação aumenta, ao contrário, a autonomia do profano em relação ao sagrado. As questões da temporalidade e da sua construção em liberdade tornam-se centrais. As ideologias passam, em muitos casos, a substituir a função das religiões. Constituído o profano em sua total autonomia, o religioso tende a ser considerado como uma sobrevivência do passado, com alguma importância apenas para a compreensão das populações campesinas.

O advento das sociedades de pluralismo cultural faz crescer pela Europa o interesse renovado pelos fenómenos religiosos e pela coexistência de diversos códigos morais. As sociedades, na actualidade, são cada vez mais mundos fragmentados, justapostos uns aos outros, sem integração nem unidade. A busca de sentido actua como factor que desperta e desenvolve esses universos simbólicos plurais.

Acresce ainda o facto da religião aparecer, em muitos lados, como fonte de fortes identidades, como factor de profundas clivagens e como causa de intensas conflitualidades. Não se trata somente da permanência de guerras de religião, que dilaceram vidas e destroem relações entre povos ou as convivialidades no seu interior. Na sua base, formam-se movimentos religiosos, afirmam-se nacionalidades e acirram-se racismos. A própria coexistência de vários credos num espaço outrora dominado por uma única religião histórica, com os ajustamentos que daí derivam, abre novos espaços a investigações que podem contribuir para o melhor conhecimento da complexa realidade social.

A compreensão das sociedades faz-se através do simbólico que lhe é próprio. As representações sociais constituem os elementos essenciais de sentido. São elas que conduzem as condutas humanas. O religioso e, em especial, o sagrado não desapareceram das actuais sociedades secularizadas. A vida humana não é possível sem ordens de maravilhoso. Quanto mais a secularização parece acentuar-se, também mais o sagrado se afirma, o sagrado da vida, da natureza, da arte, da amizade, o sagrado de tudo o que dá sentido e transcende a existência.

9. Inventariar a investigação que, em Sociologia, tem sido realizada em Portugal não será tarefa fácil. Poder-se-á utilizar, como indicador, o número de publicações em livros e revistas dados à estampa no país e no estrangeiro. Ter-se-á então deste modo em conta o produto final da investigação. Outra via consistirá em atender aos meios utilizados na sua concretização. Muita pesquisa vem sendo financiada pelos próprios investigadores, sem qualquer outro tipo de apoio. Alguns projectos são realizados no interior das Universidades, à custa dos seus recursos. Outros encontram financiamento em instituições particulares e em empresas.

Há diversos departamentos do Estado interessados em estudos específicos, encomendando-os por vezes. Uma fonte importante de financiamento tem sido a Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica. A referência a esta última instituição revela duas coisas: o dinamismo de personalidades e de centros de investigação, na apresentação de projectos e na consequente vontade de os realizar, e a importância atribuída pelas instâncias governamentais à pesquisa sociológica.

A título de comprovação, apresentam-se dados relativos à investigação apoiada pela JNICT que, no seu financiamento, obedece aos seguintes critérios: a qualidade dos projectos, de acordo com a avaliação feita por peritos; e as suas disponibilidades financeiras. Ficam de fora os projectos apresentados ao Programa PRAXIS XXI, ao 4º Programa-Quadro Comunitário, e os projectos realizados ao abrigo de diversos programas ou de protocolos estabelecidos entre a JNICT e instituições congéneres de outros países.

Quadro 1: Projectos apresentados e financiados

Anos	Total de candidaturas apresentadas	Projectos financiados	Percentagem de projectos financiados (%)	Total do financiamento solicitado pelos projectos seleccionados (contos)	Valor médio por projecto (contos)
1987		13		54.139	4.164
1991	37	10	27,03	52.908	5.290
1992	28	11	39,29	67.457	6.132
1993	52	17	32,69	93.164	5.480
1995	45	9	20,00	60.951	6.772

Fonte: JNICT

Uma vez que os dados são colhidos de documentação já informatizada pela JNICT, entende-se que o total do financiamento solicitado pelos projectos seleccionados poderá considerar-se também como o total do financiamento realmente concedido. O Estado, desde 1987, dispendeu 328.619 contos em apoio à investigação sociológica. A média anual do financiamento, no período dos últimos 8 anos, é de 41.077 contos, valor muito baixo se comparado com outras áreas científicas no país e com investigação congénera em sociedades europeias. O valor do financiamento real de cada projecto oscila entre os 570 contos e os 15.000 contos.

Se se atende ao número de projectos aprovados e financiados pela JNICT, desde 1987, data do início dos programas de “estímulo” às ciências sociais, o panorama não é, na verdade, muito risonho. Nem sequer se manifesta qualquer tendência para o crescimento do apoio. É de supor que tenha aumentado a qualidade dos projectos nos tempos mais recentes, embora não se disponha de dados para o confirmar. No programa “específico” para as ciências sociais, em 1995, o número dos projectos financiados diminuiu.

Quadro 2: Distribuição dos projectos financiados por áreas científicas

Áreas científicas	Anos					Total	Percentagem por área científica (%)
	1987	1991	1992	1993	1995		
Educação	2	2	1	3		8	13,36
Família	3	1		3		7	11,67
Comunidade Científica	1				1	2	3,32
Juventude	1		2	1	1	5	8,35
Cultura	2	2		1	1	6	10,00
Trabalho e Sindicatos	1	3	1	4	3	12	20,00
Política	2	1	2	1		6	10,00
Desenvolvimento	1					1	1,67
Modos de Vida		1			1	2	3,32
Ambiente			1			1	1,67
Profissões			2			2	3,32
Idosos			1	1		2	3,32
Migrações			1	1		2	3,32
Classes Sociais				1		1	1,67
Associativismo				1		1	1,67
Identidades					1	1	1,67
Demografia					1	1	1,67
Total	13	10	11	17	9	60	100,00

Fonte: JNICT

Nos programas de “estímulo” ou “específico” para as ciências sociais, pretende-se favorecer ou incrementar os projectos do tipo I&D. Este facto será de molde a orientar a elaboração das respectivas propostas. No que concerne às áreas científicas, a frequência dos projectos tenderá a ser

uma função dos interesses específicos dos investigadores, dos conhecidos critérios de avaliação e da entidade financiadora. Os aspectos inter-relacionam-se estreitamente.

Quadro 3: Áreas temáticas dos projectos não financiados

Áreas científicas	Anos					Total	Percentagem por área científica (%)
	1987	1991	1992	1993	1995		
Delinquência/Criminalidade		1			1	2	1,74
Saúde		3			3	6	5,22
Política		3		2	3	8	6,95
Identidades		1	2	1		4	3,48
Educação		4	4	7	3	18	15,64
Família		2		3	3	8	6,95
Desenvolvimento		4		3	3	10	8,70
Empresa/Trabalho/Sindical.		4		4	5	13	11,30
Profissões		2		1	2	5	4,35
Organizações		1	2		1	4	3,48
Idosos		1	1			2	1,74
Religião		1		1		2	1,74
Cultura			1	2	3	6	5,22
Gerações			1			1	0,87
Etnicidade/Racismo			1	2		3	2,61
Formação Profissional			2	1		3	2,61
Associativismo			1			1	0,87
Juventude			1			1	0,87
Padrões Sexuais			1	1		2	1,74
Cooperativismo				2		2	1,74
Meio Ambiente/Qual. Vida				1	3	4	3,48
Exclusão Social				1	2	3	2,61
Consumos				1		1	0,87
Crianças				1		1	0,87
Desporto				1		1	0,87
Segurança Social					1	1	0,87
Estrutura de Classes					2	2	1,74
Migrações					1	1	0,87
Total		27	17	35	36	115	100,00

Fonte: JNICT

Será de salientar o esforço feito na apresentação de candidaturas, o que traduz o dinamismo não correspondido de uma comunidade científica de dimensão numérica ainda não muito grande mas em contínuo crescimento.

Completaria os quadros apresentados e a situação esboçada da investigação, o estudo que poderia ser promovido sobre as teses de doutoramento e de mestrado, trabalhos que saem, por vezes, fora do apoio institucional do Estado, e que, neste particular, mereceriam ser tidos em conta. Trata-se de um outro indicador, que precisa de ser estudado, do esforço posto na investigação e da sua distribuição pelas diferentes áreas científicas.

A constituição da Associação Portuguesa de Sociologia e, em especial, a realização de congressos contar-se-ão também entre os estímulos dados à produção sociológica. O número crescente de comunicações apresentadas aos três congressos realizados e ao Encontro de Vila do Conde, em 1993, traduz bem o incremento promovido pela APS. Importa ainda sublinhar a actividade desenvolvida pela Associação Portuguesa de Sociologia Industrial, das Organizações e do Trabalho, assim como pela Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação.

A investigação sociológica tem-se vindo a ressentir da política científica nacional. Toda a política científica pressupõe recursos financeiros disponíveis e adequados. Na ausência destes, não existe política científica consistente.

A presença de uma mentalidade que continua a privilegiar as chamadas ciências “duras”, conjugada com o predomínio de cultores destas em postos de decisão e a prática de uma gestão controlada de recursos que são demasiados escassos, em confronto com a premência de soluções para inadiáveis problemas relacionados com a modernização do tecido produtivo, a criação de infra-estruturas e o desenvolvimento social, fazem com que as diversas áreas científicas não sejam consideradas como dotadas de idêntica importância. A investigação fundamental cabe essencialmente à Universidade, nomeadamente em países como o nosso de pequena dimensão e com um aparelho produtivo débil. Acresce ainda o facto da ausência de uma política de financiamento governamental, de forma estável, a esta investigação. Não existe em Portugal uma política científica que valorize devidamente as ciências sociais e, no caso vertente, a Sociologia. Em contrapartida, as áreas científicas de ponta parecem estar reservadas aos países do centro do sistema internacional, dotados de grandes recursos, materiais e humanos, enquanto a gestão das questões sociais passa cada vez mais a primeiro plano nas preocupações das sociedades e dos Estados. As sociedades do bem-estar e do consumo, se eventos perversos não vierem a perturbar radicalmente a actual situação

e as suas tendências dominantes, são crescentemente sociedades em que o social, até pelo tempo livre de forma constante libertado, se constitui em particular campo de gestão para os Governos.

Uma política científica nacional não poderá deixar de promover, neste contexto, a investigação social. Se os recursos financeiros fossem bastantes, não seria de todo descabido preconizar uma política activa de intervenção. Na sua ausência, pode ser actuada uma política de não política, que atenda à diversidade de situações no interior da comunidade científica, apoiando os centros e os grupos de excelência, favorecendo os jovens investigadores logo após o seu doutoramento e fortalecendo as redes nacionais e internacionais de pesquisa voltadas para uma maior abertura e contrariando os atávicos fechamentos. Neste domínio, a desigualdade de possibilidades poderá não ser tão acentuada como nos casos em que se exigem complexos e custosos laboratórios, não sendo tão agressiva também a competitividade internacional.

10. Que consciência possam ter os sociólogos, enquanto comunidade científica particular ou regional, das condições em que trabalham e da sua própria produção científica é uma questão que espera ser objecto de pesquisa. Lançando um olhar retrospectivo sobre a produção científica das últimas duas décadas, alguns aspectos merecem ser destacados.

Alguns produções científicas vem privilegiando análises que tenderão a ser consideradas de predominância teórica. Através de tais estudos, os seus autores procuram elaborar esquemas alargados de explicação da realidade social. Estão aí presentes referências à produção científica internacional e nacional. O “incómodo” que estas abordagens podem provocar estará em que o fenómeno “puro”, com o qual se tropeça no relacionamento social, não se encontrará nelas espelhado com os seus contornos concretos. A desvalorização deste tipo de análises, em alguns contextos, esconde indubitavelmente uma concepção da Sociologia de feição empirista, incapaz de navegar sem o “facto” à vista.

Mas não se trata exclusivamente de uma visão da prática sociológica, na sua aparente apresentação formal, que estará subjacente à crítica implícita ou explícita que possa ser feita àquela produção. Haverá ainda o predomínio de técnicas de quantificação extensivas. Talvez se esqueça ou não se atenda suficientemente ao facto de que, em apoio de algumas dessas abordagens, se encontra uma intensa e continuada observação directa. Esta é uma técnica que, se não quantifica, poderá atingir os fenómenos com não menor profundidade.

O problema não consiste em saber se se quantifica ou não. O que importa ter presente é que a mera quantificação não possui, só por si, um

carácter científico. O essencial estará em atender às análises que abrem perspectivas de maior compreensão dos fenómenos, situando-os em contextos mais amplos de explicação. O facto como facto, mesmo quando sujeito a operações matemáticas, necessita de ser inserido num modelo teórico que lhe confira o seu devido significado.

Em situação oposta à tendência para a teorização, situam-se os trabalhos de pendor acentuadamente empírico. A cientificidade esgota-se, então, no factual, sua constatação e recolha. Não se correm os riscos da racionalidade, a única via que permite o desenvolvimento científico.

A ciência alimenta-se desta relação existente entre a realidade empírica e a teoria. Tal relação alarga a compreensão e a extensão desta e torna cada vez menos opaca aquela. Se à realidade não é dada nunca a prioridade, é porque ela não responde sem ser interrogada. O enfoque científico é dado, antes de mais, pela capacidade de interrogar. Coligir dados e descrevê-los é manter-se no grau zero da produção. O discurso científico é reflexivo, questionante, e vai além das aparências, preocupado com o que se esconde por detrás delas.

Se acentuámos aquelas duas orientações da prática científica é porque elas extremam as posições. Não serão, no entanto, representativas da produção sociológica. A investigação que se realiza neste domínio tende a ser devidamente contextualizada teoricamente, com alcance diverso, quer teórico, quer empírico. Reencontra-se, nesta problemática, a questão acima levantada acerca da distinção entre sociologia dos “académicos” e sociologia dos “profissionais”.

É considerada, de momento, unicamente a produção resultante de trabalhos de pesquisa. Não são tidas em conta pequenas ou grandes sondagens, qualquer que seja o seu grau de regularidade, promovidas para conhecer a frequência de um fenómeno em tempos diversos. Tais sondagens recolhem dados que se mantêm na sua factualidade, com leituras circunstanciais. Nem sequer se pretende, com elas, conhecer, mas apenas avaliar e sobretudo confirmar a situação de uma conjuntura concreta.

11. A técnica utilizada, de preferência, nos trabalhos de pesquisa empírica tem sido o inquérito por questionário. A técnica mostra-se particularmente apta para o tratamento de um vasto universo através de uma simples amostra. Faz actuar um princípio de economia na investigação.

Esta vantagem não vai, porém, sem a sua correspondente desvantagem. Toda a amostra, porque considera uma parte de todo o universo, pressupõe um salto lógico. A inferência usada contém também em si a probabilidade de que a amostra não apanhe toda a realidade e, por isso,

a realidade, embora se trabalhe com a hipótese contrária. As questões de demonstração e de verificação são deixadas de lado.

A utilização de tal instrumento permite a quantificação dos fenómenos em estudo, sendo, em especial, adequada aos trabalhos de carácter extensivo. Não há dúvida de que a ciência necessita de medir, mas esta preocupação faz, por vezes, esquecer que, para a ciência, será mais importante reflectir para medir do que medir para reflectir. Uma reflexão que parte da medição e não a antecede corre o risco de se conter na mera medição, reduzida à simples descrição de factos. As questões fundamentais da investigação, como seja a verificação/falsificação e a demonstração passam-lhe relativamente despercebidas. A quantificação mostra a probabilidade da ocorrência de fenómenos, verificando algumas regularidades do seu aparecimento, mas, por si mesma, não é demonstrativa.

Um outro problema decorrente da aplicação do inquérito consiste em saber o que se capta da realidade. A observação directa proporciona o conhecimento da acção. Argumentar-se-á que, através de tal procedimento, somente se atinge a acção na sua facticidade, sem se descobrirem as suas razões ou motivos. Se a observação é participante, este escopo poderá ser alcançado. A pura observação corre, de facto, o risco de ficar à superfície das coisas, sem se aperceberem as intencionalidades. O inquérito tende a captar sobretudo o que se declara. E o que se declara tem que ter em conta as variáveis contextuais dos diferentes inquiridos, que introduzem variações nas declarações em relação ao que se pensa e ao que se faz.

Uma investigação pouco atenta à exigência de demonstração — e, por isso, da produção de conhecimento científico — descuida o questionamento não só do rigor como ainda do alcance do que é obtido. Os resultados de uma pesquisa apresentam graus diversos de profundidade e de adequação à realidade em estudo. É a consciência do método que leva o sociólogo a exercer controlo sobre a própria produção científica.

Mas poderá perguntar-se ainda se o inquérito não é igualmente um multiplicador de senso comum. Em alguns casos, existe a possibilidade de se conseguir uma reprodução deste senso. Ora, a ciência não é a soma de conhecimentos vulgares, primeiro porque, sendo saberes gerais, difusos por toda a parte, tornar-se-ia inútil apreendê-los, depois porque a pesquisa científica se recusa a ficar à superfície das coisas.

A Sociologia, ancorada no pressuposto da ilusão da transparência do mundo social, procura, através da construção teórica, superar essa ilusão, penetrando até às suas estruturas subjacentes. Na problemática da transparência, cruzam-se eixos diversos, nem todos em relação estreita com a prática científica. Uma coisa é, na verdade, a transparência dos indivíduos

os. A defesa da autonomia e da liberdade postula a opacidade das pessoas. A transparência dos indivíduos pressupõe a invasão do seu foro interno e esta invasão tem algo de atentado aos direitos do homem. Diferente é a transparência sócio-política. O grau desta transparência serve de medida à democraticidade da sociedade, embora lhe esteja associado o aumento da conflitualidade. A vida colectiva exige uma dissociação entre transparência individual e social. A segunda cresce com a democracia. Mediante esta distinção, a Sociologia resiste a qualquer tentativa de instrumentalização política.

A ilusão da transparência da realidade social, essa é uma questão que se põe no plano epistemológico. Não se trata já do funcionamento da sociedade, mas da capacidade de apreensão e explicação da vida colectiva. O reconhecimento da ilusão da transparência faz com que o conhecimento não se reduza ao meramente aparente e não permaneça à superfície das coisas.

As observações críticas feitas acima não pretendem desvalorizar a técnica do inquérito por questionário. Querem unicamente sublinhar as suas limitações. O uso de qualquer técnica implica um questionamento epistemológico sobre os procedimentos utilizados e sobre o seu alcance. Nada em ciência opera por si.

Aliás, a difusão das sondagens e a preocupação com as estatísticas substituem as exigências de conhecimento por critérios de credibilidade. A reflexividade crítica sobre as condições e as possibilidades da prática científica releva, ao contrário, os obstáculos por aquela levantados. O desenvolvimento da consciência metodológica permite conciliar a dimensão empírica, no que ela apresenta de contigência e de incerteza, com os quadros teóricos-interpretativos de compreensão e de rigor, pondo em relação as inter-acções necessárias.

A Sociologia implica uma certa inserção na vida quotidiana, de forma a apreender, com apoio numa sociologia compreensiva, os esquemas através dos quais as pessoas percebem a sua própria experiência e a atender às inter-relações que se estabelecem nos sistemas em que estão situadas, ao mesmo tempo que exige um relativo distanciamento do quotidiano, para se tornar possível a análise crítica e a construção teórica.

O recurso a outros procedimentos, em especial a abordagens mais intensivas e qualitativas, torna-se absolutamente necessário quando se pretende penetrar na complexidade do mundo vivido para se estudarem os universos de representação, as condutas e as relações que se desenvolvem ou se estabelecem nos diversos campos de acção.

A investigação científica confronta-se assim com pólos relativamente opostos, do racional e do empírico, do subjectivo e do objectivo, do

qualitativo e do quantitativo. A conciliação destes opostos na pesquisa, condição indispensável à produção da ciência, passa pela permanente reflexividade sobre as suas próprias operações.

12. Quando a prática científica toma como objecto as sociedades humanas, algumas precauções se exigem. A realidade social não é sempre e em toda a parte a mesma, ainda que existam formas constantes de operar. Há interesse no conhecimento das variedades morfológicas. Mas as modalidades de agir, para além de estarem sempre em mudança e apresentarem ainda configurações específicas nos diversos contextos, podem conter em si significados nem sempre coincidentes.

A realidade social é um campo de intencionalidades que se desenvolvem e inter-agem com base em situações estruturais constituídas em campos específicos. Estas características do mundo humano dão pertinência ao cuidado constante a ter com metodologia e técnicas postas em prática. Não basta conhecer-se para se conhecer a sociedade, embora o sentido das acções de cada indivíduo se oriente pelo sentido das acções de outros actores. A vida social constitui um campo onde se desenvolve um jogo com regras estabelecidas. Pierre Bourdieu, procurando reagir ao modelo mecanicista do estruturalismo, sustenta que entre o sistema das regularidades objectivas e o sistema de condutas directamente observadas se interpõe o *habitus* como lugar de mediação entre os determinismos e probabilidades objectivas, e a produção livre de futuro em liberdade situada, ultrapassando as relações binárias determinismo/liberdade, condicionamento/criatividade¹⁷. Tirando-se à estrutura a sua rigidez determinante e aos actores sociais o carácter utópico da sua total liberdade, confere-se a devida importância epistemológica ao *sujeito em situação*. Os indivíduos deparam, na sua existência, com diferentes campos constituídos em situações diversificadas de acção. As regularidades constantes do operar traduzem apenas as acções conformes àquelas regras próprias dos campos. Mas nisso não se resume toda a realidade, nem tais regularidades se realizam de modo mecânico. Daí resulta o interesse crescente da Sociologia pelo estudo das diferenças. O diferente é a forma de operar de actores sociais colocados em diversos contextos com a utilização de meios disponíveis dissemelhantes.

Tem-se como aceite que a sociedade portuguesa adquiriu um grau elevado de integração através de vários séculos. Esta ideia de integração veicula frequentemente uma concepção homogeneizante da realidade social. A verdade é que os problemas se diversificam ao longo do espaço nacional. São, por vezes, evidentes as idiosincrasias das diferentes regiões. Não obstante a existência de uma certa heterogeneidade, não têm

sido promovidos estudos comparativos. A ausência de comparação, porque o conhecimento é comparativo, pode retirar à análise profundidade e universalidade. A Sociologia ganhará certamente com a exploração das razões do que é diferente, na sua preocupação de estudar o que é semelhante. Esta perspectiva tenderá a reforçar a exigência de rigor, levando a um maior afinamento dos indicadores e a um controlo mais apertado das variáveis. Estes trabalhos aparecem hoje, cada vez mais, como importantes para o conhecimento de questões concretas da Comunidade Europeia. Surgem actualmente grupos de investigadores, em múltiplos domínios, que congregam esforços e entram, por vezes, em consórcios para tirarem partido da análise comparativa. Esta revela-se como uma via importante para a compreensão das grandes tendências, para a delimitação dos problemas mais salientes e para testar os modelos de análise, tornando-os mais operativos.

13. Importa salientar também a tendência que se observa em certos domínios do saber para uma relativa convergência com a Sociologia. Algumas disciplinas foram estendendo as suas preocupações primeiro aos fenómenos políticos, depois às dimensões económicas e finalmente às questões sociais. Vivemos na era do social e este facto aparece manifesto em novas perspectivas que se desenvolvem nomeadamente na Economia, na História e na Psicologia. Sobretudo a História parece querer recuperar o social como sua área específica.

A orientação para a pluridisciplinaridade ou para a interdisciplinaridade não é apanágio de nenhum domínio do saber. A prática epistemológica, nos diversos campos disciplinares, vai revelando a dimensão e a especificidade do conhecimento que em cada um deles é elaborado. Ciência alguma é capaz, por si só, de captar a realidade. Vai somente até onde lhe permitem os modelos teóricos existentes e as técnicas utilizadas. Em contrapartida, os fenómenos que ocorrem na sociedade são totais e traduzem a marca do social. A análise dos contextos e a consideração dos processos sociais tornam-se então indispensáveis.

As sociedades têm sido cenário, por outro lado, de profundas transformações. Passou o tempo da prevalência das questões propriamente industriais, que tanto preocuparam o século XIX e a primeira metade do século XX, e o mundo camponês há muito chegou ao seu fim. Entrou-se na era da pós-industrialização. Persistem, porém, os problemas económicos. A disseminação das novas formas de pobreza por todo o mundo ocidental provam suficientemente que a abundância não é acessível a todos. Mas mesmo a privação relativa tende a ser actualmente medida pelo grau de integração na sociedade de consumo. A inserção no mercado

de trabalho exige, por sua vez, uma formação profissional adequada aos processos produtivos. Os níveis de formação são progressivamente mais exigentes. Acresce ainda que os modos de vida e os próprios estilos de vida são determinados pela possibilidade de acesso ao consumo. As sociedades hodiernas são essencialmente sociedades da abundância e do consumo.

Estes são alguns dos factores que explicarão a presença das preocupações sociológicas e das questões sociais em crescentes domínios do conhecimento. A gestão do social e o seu conhecimento constituem, na actualidade, uma problemática que tende a estar presente no espírito dos cultores das diversas ciências sociais e das ciências humanas. O cientista, na delimitação do seu objecto de estudo e na orientação da investigação, é aliás condicionado, em cada época, pelo que é considerado como mais relevante na recorrência dos fenómenos, aproximando-se as problematizações.

14. A Sociologia vem-se constituindo em domínio científico, voltada para a construção de um conhecimento controlado da realidade social. Centrada na análise, não alimenta outros objectivos que não sejam a compreensão e a explicação da vida colectiva. Procura tornar evidente ao homem aquilo que ele faz em sociedade de forma nem sempre consciente. A cultura é precisamente isso, múltiplas modalidades não racionalizadas de proceder.

Na medida em que dá a conhecer realidades dotadas de grande opacidade, cuja ocultação as ideologias tendem a reforçar, para além do conhecimento que oferece, abre vias de libertação à sociedade. Revelando as inércias, tornando manifestos os dinamismos, fazendo aparecer os interesses, salientando as solidariedades, denunciando os individualismos, visibiliza os contextos da acção humana. A investigação, na sua prática, isola os sistemas de relações socialmente determinantes, individuando a sua lógica interna, que permite explicar o seu funcionamento. Os campos sociais ou sistemas de posições dos agentes são as formas mais constantes do operar social que contextualizam as intenções e as motivações individuais. Estes são também os espaços da liberdade. Não há liberdade humana que não seja situada.

O entendimento dos fenómenos sociais, concebidos como exercício situado da liberdade, nos espaços possíveis permitidos pelos determinismos, é consentâneo com uma concepção da ciência enquanto esforço de construção. Não terá sentido, como pretende o empirismo, o respeito incondicional pelo facto “bruto”. Este não existe em si mesmo. É um elemento de um todo que apenas na totalidade obtém a sua plena significação. Ora,

somente uma prática científica entendida de forma construtivista consegue apreender os fenómenos individuais no seu devido sentido, porque inseridos no sistema global de que fazem parte. Porque à ciência compete construir os sistemas de relações e neles situar os elementos parciais, conceder a necessária importância à determinação estrutural não implica a destruição do espaço de liberdade para a acção indispensável aos actores sociais.

A investigação científica da Sociologia em Portugal tem estado atenta a estes vectores: à mudança contínua dos fenómenos associada à emergência de novas situações, e à capacidade operativa dos modelos teóricos em permanente reformulação. Assim se radica como prática que não desdenha dos reais problemas próprios da sociedade, inserida cada vez mais em redes internacionais, neles encontrando as principais referências e o primeiro motor do seu desenvolvimento.

NOTAS

- 1 Bruno, *A Idéa de Deus*, Porto, Livraria Chardron, 1902, pp. 1 e 21.
- 2 Teixeira de Pascoaes, *A Arte de Ser Português*, Lisboa, Assírio e Alvim, 1991, pp. 76 e 77.
- 3 Teófilo Braga, *Traços Geraes de Philosophia Positiva Comparados pelas Descobertas Científicas Modernas*, Lisboa, Nova Livraria Internacional, 1877; *Soluções Positivas da Política Portuguesa*, Lisboa, Typ. de A. G. de Sousa Neves, 1879; *Systema de Sociologia*, Lisboa, Typ. Castro Irmão, 1884.
- 4 Pedro Amorim Viana, *Defesa do Racionalismo ou Análise da Fé*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1982.
- 5 Joaquim de Carvalho, “Teófilo Braga”, in João Gaspar Simões (Dir.), *Perspectiva da Literatura Portuguesa do Século XIX*, vol. II, Lisboa, Edições Ática, 1948, pp. 42 e 43.
- 6 Bruno, *A Idéa de Deus*, p. 41.
- 7 Alfredo Pimenta, *Factos Sociaes (Problemas d’Hoje). Ensaios de Philosophia Crítica*, Porto Livraria Chardron, 1908; *Estudos Sociológicos*, Lisboa, Centro de Publicidade, 1913; *Aos Conservadores Portugueses*, Lisboa, Cernadas e C.a, 1911; *Contra a Democracia*, Lisboa, Typ. Gráfica Oriental, 1949; *Contra o Comunismo*, Guimarães, Grupo Anti-Conservador de Guimarães, 1941.
- 8 Leonardo Coimbra, “A autópsia d’um imbecil. O sociólogo Alfredo Pimenta”, in *A Vida*, Série II, 22, Ano V, 30-05-1909, pp. 1 e 2.
- 9 Magnus Bergstrom, *O Pseudo-Crítico Dr. Alfredo Pimenta*, Lisboa, Éd. do Autor, 1933; João Paulo Freire (Mário), *O Aldrabão Pimenta e a sua “História”. Análise Contundente às Parvoíces Insanáveis dum “megalómano mental”*, Lisboa, Éd. do Autor, 1935 (Três opúsculos).
- 10 Teófilo Braga, Prefácio a *Estudos Sociológicos* de Alfredo Pimenta.
- 11 Teófilo Braga, Prefácio a *Estudos Sociológicos* de Alfredo Pimenta.
- 12 Alfredo Pimenta, *Factos Sociaes*, pp. VII e IX.
- 13 Alfredo Pimenta, *Factos Sociaes*, pp. 5, 11 e 13.
- 14 Oliveira Martins, *Fomento Rural e Emigração*, Lisboa, Guimarães Editores, 1956; *Política e Economia Nacional*, Porto, Ed. Magalhães e Moniz, 1885; *Portugal e o Socialismo*,

- Lisboa, S/Ed., 1873; *O Regime das Riquezas*, Lisboa, Liv. Bertrand, 1883; *Teoria do Socialismo*, Lisboa, Typ. Sousa e Filho, 1873.
- 15 Mário Murteira, “Um olhar (dos anos 60) sobre Portugal”, in *Análise Social*, Vol. XXVIII (123-124), 1993, pp. 745, 746, 747, 750 e 752. Havia-se procurado nos anos 60 “qualquer coisa também que pudesse merecer o título: a sociedade óptima e possível, modo de usar”, *O. c.*, p. 752.
- 16 João Ferreira de Almeida, “Ciências sociais”, in José Mariano Gago (Coord.), *Ciência em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional — Casa da Moeda, 1991, pp. 73-81; Fernando Luís Machado e Idalina Conde, “A divulgação científica em Portugal. Protagonistas, práticas e públicos”, in *A Sociologia e a Sociedade Portuguesa na Viragem do Século*, Vol. II, Lisboa, Fragmentos, 1990, pp. 301-324.
- 17 Pierre Bourdieu, *Le Sens Pratique*, Paris, Minuit, 1989, pp. 87-109.

António Teixeira Fernandes é doutor em Sociologia, professor catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e director do Instituto de Sociologia da mesma Faculdade — Faculdade de Letras, Apartado 1559, 4100 Porto Codex.